



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH
Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH
Grupo de Trabalho “Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União” - GT UGRH

Relatório do GT – 01 de outubro de 2009

Assunto: proposta de resolução que “Cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União - UGRH e estabelece diretrizes e procedimentos complementares para a criação de comitês de bacia hidrográfica”.

1. INTRODUÇÃO

O GT UGRH foi criado na XXI Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos realizada nos dias 25 e 26 de maio de 2009, no âmbito da CTPNRH, tendo como prazo de conclusão dos seus trabalhos a primeira reunião do CNRH a ser realizada no segundo semestre de 2009, e como objetivo revisar e apresentar uma nova proposta de resolução que **“Cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União - UGRH e estabelece diretrizes e procedimentos complementares para a criação de comitês de bacia hidrográfica”**.

Até a data de aprovação da criação do GT pelo Plenário do CNRH, a proposta de resolução em discussão teve a seguinte tramitação dentro do CNRH:

- na 55ª reunião da CTPNRH, realizada nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2009 a proposta foi analisada e aprovada, conforme Nota Técnica 01/2009 da CTPNRH;
- na 107ª reunião da CTIL, realizada nos dias 02 e 03 de março de 2009 a proposta foi analisada e aprovado o seu encaminhamento para o Plenário;
- na 24ª Reunião Extraordinária do CNRH, realizada em 26 de março, decidiu-se que o debate deveria ser ampliado antes de se deliberar sobre a proposta de resolução pelo Plenário;
- na Oficina referente à proposta de resolução que **“Cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União - UGRHs e estabelece diretrizes e procedimentos complementares para a criação de comitês de bacia hidrográfica”**, realizada no dia 14 de maio.

Cabe ressaltar que, conforme o Regimento Interno, como o GT foi criado dentro da CTPNRH, os seus trabalhos e resultados devem ser relatados e aprovados pela CTPNRH. Posteriormente, a proposta deve ser encaminhada a CTIL.

O GT UGRH realizou 3 reuniões:

- a 1ª reunião em 16 de junho de 2009, em Brasília;
- a 2ª reunião em 4 de agosto de 2009, no Rio de Janeiro;
- a 3ª reunião em 03 de setembro de 2009, em Brasília.

Para apoiar os trabalhos do GT, antes de sua 1ª reunião foi distribuída a “1ª Minuta do Relatório de apoio para os trabalhos do GT”, na qual eram apresentados os fatos que antecederam a criação do GT, os dispositivos legais do regimento que tratam da criação dos Grupos de Trabalho e as questões que foram identificadas com relação à proposta de resolução a serem analisadas pelo GT.

Estas questões foram debatidas na 1ª reunião do GT concluindo-se que as mesmas deveriam ser agrupadas em grandes temas e, em função dos pontos levantados, de que havia a necessidade de uma revisão ampla da proposta porque a mesma não atendia os objetivos a que se propunha, em particular no que se refere a comitê de bacia e não de rio.

As questões foram agrupadas em seis temas e as respectivas respostas construídas com base nas discussões que ocorreram na 1ª reunião do GT e nas informações prestadas pela ANA, conforme apresentado no item 2 deste relatório.

Na 2ª reunião do GT foram iniciados os trabalhos de revisão da proposta de resolução chegando-se ao final da reunião a uma nova minuta de resolução. No período compreendido entre a 2ª e a 3ª Reunião foram apresentadas sugestões em cima desta nova minuta, as quais foram avaliadas na 3ª reunião, fechando-se uma proposta de resolução do GT na 3ª Reunião.

No item 3 deste Relatório é apresentada a base legal relevante ao tema, no qual consta a fundamentação legal propriamente dita e são citados alguns pontos sobre o assunto referidos no Subprograma I.4 Estudos para a Definição de Unidades Territoriais para a Instalação de Modelos Institucionais e Respectivos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos do Detalhamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

No item 4 é feita uma descrição dos trabalhos para a elaboração da proposta de resolução do GT e no item 5 são apresentados os encaminhamentos sugeridos.

No anexo I são relacionados os nomes de participantes de uma ou mais reuniões do GT. No anexo II são apresentadas as memórias das reuniões. No Anexo III é apresentada a proposta de resolução consolidada pelos membros do GT.

2. QUESTÕES ANALISADAS E SUAS RESPOSTAS SEGUNDO O GT

Na sequência são listadas as questões analisadas pelo GT em sua 1ª Reunião, agrupadas em seis temas, juntamente com as respostas construídas com base nos pontos levantados ao longo dos debates e nas informações prestadas pela ANA.

2.1. Objetivos da Resolução:

- uma base territorial com as áreas de atuação de comitês de bacias de rios de domínio da União;
- estabelecer condições para a criação de comitês de bacia, complementares à Resolução CNRH nº 5;
- definir processo de acompanhamento do funcionamento dos comitês de bacia cuja criação foi aprovada pelo CNRH.

2.2. Unidades de gerenciamento:

Questões:

- O que são as UGRH? Qual o conceito de tais unidades?
- Como se dá a relação das UGRH com a Divisão Hidrográfica Nacional (Resoluções nº 30 e 32 do CNRH)?

Respostas:

- as Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de rios de domínio da União - UGRH são as unidades territoriais de planejamento e gestão integrada de recursos hídricos, que visam orientar a implantação do SINGREH e a implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, que contemplam, na sua definição, a dimensão do país, as diversas realidades regionais e os diferentes domínios constitucionais dos corpos d'água;
- as UGRH de rios de domínio da União, devem ter áreas coincidentes com as áreas de atuação previstas no art. 37 da Lei nº 9433, devendo abranger:
 - a totalidade de uma bacia hidrográfica interestadual; e
 - no mínimo, duas unidades de gestão criadas no âmbito dos estados;
- segundo as informações prestadas pela ANA, a definição das unidades apresentadas na proposta de resolução:
 - se deu por intermédio de agregação de unidades de gestão de recursos hídricos definidas pelos estados, conforme trabalho desenvolvido pela ANA (2005) em auxílio à elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos; e
 - levou em consideração estudos realizados para a definição de unidades de gestão no âmbito dos Estados e da União, elaborados até 2004, a área limite das Regiões Hidrográficas definidas pela Resolução CNRH nº 32, e discussões ocorridas em vários momentos em que o resultado do trabalho foi apresentado no âmbito do SINGREH.

2.3. Classificação das Unidades de Gerenciamento

Questões:

- Quais as diferenças “operacionais” entre as UGRH “regionais” e “nacionais”?
- Quais os fundamentos e critérios utilizados para a respectiva classificação?
- Devem existir diferenças entre elas ou deixar genérico (para cada caso há um modelo mais adequado)?

- Não seria o caso de não separar as UGRH “regionais” e “nacionais”, e pintar o mapa aos poucos?
- Como ficam (quais os regramentos para) as UGRH Nacionais? Uma vez que a proposta de resolução só explicita estas condicionantes para o caso das UGRH Regionais.
- A participação da ANA e a SRHU no processo de construção da gestão não é necessária em todas as UGRH?
- Como se dá, juridicamente, a delegação de competências entre Conselhos?

Respostas:

- Segundo as informações prestadas pela ANA:
 - a classificação das UGRH foi proposta visando definir previamente critérios para a descentralização de atribuições do CNRH aos Conselhos Estaduais. As unidades chamadas Regionais seriam aquelas que permitiriam esta descentralização enquanto para as Nacionais se preservariam as atribuições conforme é hoje;
 - a proposta não discrimina as UGRH em função da sua classificação. Para ambas se preservariam todas as atribuições e responsabilidades tais como: proposição, aprovação e demais condicionantes respeitadas integralmente a Resolução CNRH nº 5; apoio da ANA; competências do comitê; etc;
 - para a criação de comitê para as UGRH Regionais se propôs condicionantes adicionais ao que prevê a Resolução nº 5; estes permitiriam a descentralização;
 - para as UGRH Nacionais seria seguida integralmente a Resolução nº 5 somente com a inclusão do condicionante relativo ao Pacto prévio entre os Estados e das obrigações do comitê criado ter o acompanhamento do seu funcionamento;
 - a descentralização das atribuições do CNRH seria objeto de Resolução específica do CNRH, por bacia e para os Estados diretamente envolvidos.

As discussões no GT avançaram no sentido de que a definição prévia do tipo de UGRH fosse descartada da proposta e que seja construída uma nova abordagem para o processo de descentralização. Ou seja, esta seria trilhada após a constituição dos comitês havendo a descentralização de atribuições do CNRH aos Conselhos Estaduais (e não aos comitês como alguns aventaram) segundo condições relativas à gestão existentes no âmbito dos Estados com área na UGRH específica.

Avançou-se, também, na necessidade de que os comitês não sejam criados somente para gerenciar a “calha” e que haja um reconhecimento prévio dos Estados quanto às suas atribuições.

2.4. Comitê de integração

Questões apresentadas pelo GT:

- Qual o conceito de Comitê de Integração?
- Como garantir a continuidade de atuação dos comitês sempre sujeitos à alteração da base territorial?

Respostas:

- Os Comitês de Integração são comitês constituídos considerando a existência de outros comitês em suas bacias de rios afluentes, com uma pauta diferenciada dos demais, com foco na harmonização da gestão, discussão de temas específicos, atribuições gerais, uniformização de mecanismos.
- A utilização do conceito de Comitê de Integração vem norteando a prática dos comitês criados pelo CNRH. Os comitês das bacias do Paraíba do Sul, Doce e Paranaíba já o incorporaram em seus regimentos.
- Os principais pontos que caracterizam os Comitês de Integração são:
 - existência de comitês criados pelos Estados para as bacias de rios afluentes;
 - criação coletiva do Comitê de Integração por intermédio de pacto de gestão entre o comitê da Bacia e os demais comitês;
 - representação dos comitês de bacias de rios afluentes no Plenário do Comitês de Integração;
 - definição regimental de atribuições quanto ao marco regulatório da bacia em detrimento de questões locais cujas atribuições seriam exercidas pelos demais comitês na bacia de forma subsidiária às discussões do Comitê de Integração;
 - pactuação para integração do cadastro e do sistema de informações, dos critérios de outorga;
- o fortalecimento e apoio aos comitês de bacias afluentes é imprescindível para o funcionamento do Comitê de Integração e não sua extinção ou incorporação;
- não é possível sua instituição sem a definição prévia de uma base territorial de gestão na bacia, evitando conflitos de competência entre os comitês e consolidando pontos de controle da relação destes com o Comitês de Integração;
- em sub-bacias em que ainda não existam comitês criados pelos Estados espera-se que o Comitê de Integração possa exercer as competências em rios de domínio dos Estados, desde que acordado pelos Estados que o compõe;
- a base legal do Comitês de Integração é a mesma do comitê de bacia, ele é um comitê de bacia. Sua composição e atribuições são definidas pela Lei nº 9433 e pela Resolução CNRH nº 5;
- todas as definições têm sido feitas à luz da legislação atual, não necessitando de regulamentações adicionais; é importante que o Comitê de Integração reflita o processo de negociação específico de cada bacia;
- em bacias de pequena área territorial está sendo proposta a instalação de um único comitê. Exemplo disto é o processo de unificação na bacia do rio Verde Grande e de criação de um único comitê na bacia do rio Piranhas-Açu. Nessas bacias os comitês devem passar a atuar e deliberar sobre todos os domínios.

2.5. Pacto

Questões apresentadas pelo GT:

- Precisa, obrigatoriamente, ter o pacto de alocação de água antes do Comitê?
- Isso não seria mais indicado para a etapa de elaboração do Plano de Bacia?
- O conceito do “pacto” não deveria ir além da alocação de água?.
- Quais os procedimentos para chegar-se ao “pacto” de alocação de águas? Como a ANA pode ajudar os Estados neste processo?

Segundo o entendimento da ANA:

- a proposta de criação da alocação quali-quantitativa das águas entre os Estados previamente à criação dos comitês parte da premissa de que o pacto federativo deve ser um conceito a ser incorporado à gestão de recursos hídricos de maneira mais objetiva;
- ou seja, da mesma forma prevista na Constituição Federal quanto ao domínio das águas, espera-se que haja atribuições bem definidas em cada bacia entre os Estados e a União: a esta cabendo a função moderadora e articuladora da gestão na bacia;
- assim, em bacias compartilhadas por diferentes Estados, considerando o conceito de Comitê de Integração já discutido anteriormente, há de se ter o prévio pacto entre estes Estados quanto ao uso das águas. Não será possível a existência de um Comitê de Integração em desacordo a um pacto federativo pelas águas;
- este pacto é fundamental para a criação do Comitê de Integração e o Comitê de Integração é a estrutura mais adequada para bacias compartilhadas;
- a necessidade de que antes da criação dos comitês se dê a pactuação é o pacto federativo pelas águas para aceitação desse modelo. A existência desse pacto não é uma camisa de força aos Planos de Recursos Hídricos que devem enxergar a bacia como um todo e pode ser redefinido quando da existência do comitê da bacia.

As discussões no GT não foram suficientes, na 1ª reunião do grupo, para a definição e detalhamento do que comporia este Pacto, havendo divergência, inclusive, com relação ao seu conteúdo.

O Pacto deve deixar bem claro o comprometimento de cada uma das partes, pode trazer os prazos – cronogramas de descentralização e dependerá da velocidade de implantação dos estados e de outras condicionantes.

2.6. Acompanhamento

Questões:

- O CNRH deve acompanhar as atividades dos Comitês? E como?

Respostas: Sim, mas por um processo de acompanhamento mais simplificado, através do relatório.

3. BASE LEGAL RELEVANTE AO TEMA

Pela Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, um dos fundamentos em que se baseia Política Nacional de Recursos Hídricos (art. 1º) é de que “*a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos*” (inciso V).

Esta Lei define que os Comitês de Bacia Hidrográfica, que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), terão como área de atuação (Art. 37):

- I - a totalidade de uma bacia hidrográfica;*
- II - sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário; ou*
- III - grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas.*

Segundo o art. 4º desta Lei a União articular-se-á com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum.

Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos “*estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos*” (art. 35, inciso VI).

Conforme estabelecido no art. 5º da Resolução nº 5 do CNRH, de 10 de abril de 2000, “*a área de atuação de cada Comitê será estabelecida no decreto de sua instituição, com base no disposto na Lei nº 9.433, de 1997, nesta Resolução e na Divisão Hidrográfica Nacional, a ser incluída no Plano Nacional de Recursos hídricos, onde deve constar a caracterização das bacias hidrográficas brasileiras, seus níveis e vinculações*”.

A Divisão Hidrográfica Nacional foi instituída em regiões hidrográficas, com a finalidade de orientar, fundamentar e implementar o Plano Nacional de Recursos Hídricos, nos termos dos Anexos I e II da Resolução CNRH nº 32, de 15 de outubro de 2003.

Segundo a definição apresentada nesta Resolução “*considera-se como região hidrográfica o espaço territorial brasileiro compreendido por uma bacia, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas com características naturais, sociais e econômicas homogêneas ou similares, com vistas a orientar o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos*”.

Uma das macrodiretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH é “*definir critérios para o traçado de unidades territoriais de planejamento, de gestão e de intervenção em recursos hídricos, bem como de orientação para a instalação de comitês e agências de água, acompanhados dos adequados instrumentos de gestão, tal como previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos*”.

Cabe citar que dentre os Subprogramas do PNRH tem o “***I.4 Estudos para a Definição de Unidades Territoriais para a Instalação de Modelos Institucionais e Respectivos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos***” (MMA, 2008), que tem como objetivo geral “*definir e caracterizar unidades territoriais de planejamento e gestão de recursos hídricos*”.

para orientar a implantação do SINGREH e a implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos”, que foi estabelecido com base nesta macrodiretriz”.

O detalhamento operativo deste Subprograma consta no “Plano nacional de recursos hídricos: Programas de desenvolvimento da gestão integrada de recursos hídricos do Brasil: volume 1” (MMA, 2008), que foi aprovado por meio da Resolução nº 80, de 10 de dezembro de 2007.

Conforme descrito na Introdução do detalhamento do Subprograma (MMA, 2008) “*este subprograma deverá subsidiar a construção de estratégias para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos atendendo às demandas de acordo com a necessidade de intervenção da gestão e com as capacidades institucionais instaladas. Deverá, então, previamente, construir a base territorial mais adequada para o planejamento das ações, devidamente pactuada no âmbito do SINGREH, de forma que possa atuar mais integradamente em todas as instâncias desse sistema”.*

Ainda segundo a descrição do Subprograma, torna-se estratégica que a definição conceitual sobre unidades territoriais de planejamento e gestão de recursos hídricos, assim como o desenvolvimento de metodologia para o estabelecimento de unidades nacionais para o planejamento e a gestão integrada dos recursos hídricos, contemplem a dimensão do país, as diversas realidades regionais e os diferentes domínios constitucionais dos corpos d’água.

Devendo se reconhecer que a formulação de estratégias deve fazer parte de um processo de acompanhamento dinâmico das necessidades, não podendo ser concluída em um estudo que, por mais completo, está limitado a seu horizonte temporal previsível.

O Subprograma I.4 (MMA, 2008), além do objetivo geral mencionado anteriormente, tem como objetivos específicos:

- “selecionar as principais variáveis e aspectos – hidrológicos, ambientais, socioeconômicos e político-institucionais – a serem considerados nos recortes que definem as unidades de planejamento, de gestão e de intervenção em recursos hídricos;
- elaborar proposta metodológica para definição de mapa estratégico para a implantação do SINGREH e dos instrumentos de gestão de recursos hídricos;
- elaborar estudos sobre modelos institucionais de gerenciamento, para dar suporte à implementação de instrumentos de gestão, segundo disposto no Programa III, em especial para atendimento de demandas específicas do SINGREH”.

Os dois primeiros objetivos específicos estão diretamente relacionados com a definição das Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União. Para o alcance destes dois objetivos específicos deveriam ser executadas as seguintes ações:

“I – Critérios para definição de unidades territoriais:

- definir premissas e conceito de unidades territoriais de planejamento e gestão de recursos hídricos;
- selecionar critérios hidrológicos, ambientais, socioeconômicos, políticos e institucionais;
- avaliar a aplicabilidade de outras categorias de critérios;

- *montar base de dados com informações sobre os critérios adotados.*

II – Mapa de unidades de planejamento e gestão:

- *identificar unidades de planejamento e gestão de recursos hídricos adotadas nos estados;*
- *avaliar a utilização de ferramentas de geoprocessamento, modelos matemáticos e estatísticos de análise (por exemplo, multicritério e análise de clusters) e métodos de tomada de decisão, dentre outros, para definir metodologia de agrupamento de unidades nacionais;*
- *elaborar mapa estratégico de unidades de planejamento e gestão;*
- *consultar e negociar mapa estratégico com Unidades da Federação;*
- *internalizar as diretrizes do mapa estratégico nos programas e nos subprogramas do PNRH;*
- *realizar avaliações periódicas das metas do mapa estratégico”.*

Cabe destacar que a Resolução nº 101, de 14 de abril de 2009, que aprova o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia, estabelece, em seu art. 2º, que “na implementação do PERH Tocantins-Araguaia, deverão ser empreendidos esforços visando, com brevidade possível, promover as condições necessárias à criação e funcionamento do Comitê de Bacia e a devida aprovação do respectivo Plano de Recursos Hídricos, conforme art. 4º da Resolução CNRH no 17, de 2001”.

4. DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO GT

Como já foi dito na Introdução, antes de sua 1ª reunião foi distribuída a “1ª Minuta do Relatório de apoio para os trabalhos do GT”, na qual eram apresentados os fatos que antecederam a criação do GT, os dispositivos legais do regimento que tratam da criação dos Grupos de Trabalho e as questões que foram identificadas com relação à proposta de resolução a serem analisadas pelo GT.

Estas questões foram debatidas nesta 1ª reunião concluindo-se que as mesmas deveriam ser agrupadas em grandes temas e, em função dos pontos levantados, de que havia a necessidade de uma revisão ampla da proposta porque a mesma não atendia os objetivos a que se propunha, em particular no que se refere a comitê de bacia e não de rio. No item 2 deste Relatório apresenta-se a discussão detalhada quanto aos conceitos e objetivos da proposta.

Na 2ª Reunião do GT foram apresentadas as alterações feitas na minuta do relatório do GT, em particular no que se refere ao agrupamento das questões em seis temas e as respectivas respostas construídas com base nas discussões que ocorreram na 1ª reunião do GT e nas informações prestadas pela ANA.

Na sequência a ANA apresentou simulação da aplicação da proposta de resolução a três unidades de gestão selecionadas pelo GT: Bacia do rio Grande; Parnaíba e Mundaú/Paraíba. Foram apresentadas, também, experiências de implantação de um Comitê de Integração e do processo relativo à composição deste comitê por intermédio de representantes dos comitês de bacias de rios afluentes. Utilizou como exemplo o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Foram expostos mapas detalhando as unidades de gestão segundo os resultados da aplicação da metodologia de agregação das unidades estaduais dentro das doze Regiões Hidrográficas. Os integrantes do GT puderam avaliar em detalhe a constituição de cada uma das unidades. Ficou combinado que para que a base territorial constasse da proposta de resolução, a ANA deveria elaborar uma nota técnica ou relatório apresentando a metodologia e os critérios utilizados na definição das UGRH, como também os resultados obtidos.

Passou-se então à discussão da proposta de resolução tendo como base a proposta de resolução apresentada no Plenário, já com as sugestões dos representantes do CRH/SP – versão de 12 de maio de 2009, distribuída anteriormente entre os membros do GT e proposta apresentada pela ANA.

Ao longo da 2ª reunião foram discutidos todos os artigos da resolução, ficando de serem feitos alguns ajustes na redação dos artigos. Posteriormente esta proposta ficou de ser distribuída entre os membros do GT para análise e sugestões.

Quanto a delegação de competências do CNRH para os CERH no que se refere às propostas encaminhadas a esses pelos comitês de bacia, concluiu-se que é muito difícil no momento definir uma regra geral pelas particularidades de cada caso, principalmente considerando: (i) o sistema hídrico (corpo hídrico que passa por um Estado e depois por outro ou corpo hídrico que faz fronteira entre os Estados envolvidos); (ii) o estágio de implementação dos Sistema Estaduais; e (iii) a previsão ou não destas competências nas respectivas legislações estaduais. Ficou de ser feita uma citação geral sobre a delegação do CNRH para os CERH.

Desta forma os objetivos da resolução passam a ser os seguintes: (i) definir uma base territorial com as áreas de atuação de comitês de bacias de rios de domínio da União; (ii) estabelecer condições para a criação de comitês de bacia, complementares à Resolução CNRH nº 5; e (iii) definir processo de acompanhamento do funcionamento dos comitês de bacia cuja criação foi aprovada pelo CNRH.

A partir da proposta preliminar definida na 2ª Reunião do GT foram construídas outras propostas as quais foram analisadas e discutidas na 3ª Reunião do GT, ocorrida no dia 3 de setembro.

Nesta 3ª Reunião do GT fez-se uma revisão dos considerandos e partiu-se para a discussão de todos os artigos, ratificando, corrigindo e propondo nova redação aos mesmos, levando em conta as novas sugestões encaminhadas pela CRH/SP e ANA.

Discutiu-se o anexo da resolução, que apresenta o Mapa com as UGRH. Em cada uma das Regiões Hidrográficas foram discutidas as UGRH propostas e os representantes dos Estados presentes à reunião concordaram com a divisão proposta, com exceção à Região Hidrográfica Amazônica, sobre a qual chegou-se à conclusão que seria demasiado cedo fazer qualquer proposta para criação de UGRH, uma vez que estudos estão em desenvolvimento na região e poderão subsidiar esta proposição quando da revisão da Resolução, em 2014, junto com a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Desta forma retirou-se a proposta de uma UGRH Amazônica, sugerindo que a criação de UGRH nesta Região Hidrográfica seja remetida à revisão do Plano, em 2014.

Cabe destacar que a delimitação da Unidade do Tocantins levou em conta o disposto na Resolução nº 101, que aprovou o Plano Estratégico do Tocantins-Araguaia e estabelece que

devem ser *empreendidos esforços visando, com brevidade possível, promover as condições necessárias à criação e funcionamento do Comitê de Bacia.*

5. ENCAMINHAMENTOS

O GT declara concluído o trabalho objeto de sua criação e sugere encaminhamento:

- da nova proposta de Resolução sobre UGRH, conforme minuta apresentada no ANEXO III, à CTPNRH;
- de proposta de que o tema relativo à possibilidade de delegação de atribuições do CNRH aos CERH, conforme previsto na proposta original da Resolução, seja apreciado pelas instâncias competentes do CNRH visando avaliar sua pertinência, adequação, temporalidade e, caso conveniente, os procedimentos legais para sua implementação.

REFERENCIAS

ANA. Nota Técnica nº 072/2009/SAG de 27 de agosto de 2009.

MMA “Plano nacional de recursos hídricos: Programas de desenvolvimento da gestão integrada de recursos hídricos do Brasil : volume 1 / MMA, Secretaria de Recursos Hídricos. – Brasília: MMA, 2008. pp. 28-30.

MMA. CNRH Nota técnica nº 1/2009 da CTPNRH

Relatoria da oficina referente à proposta de resolução que **“Cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União - UGRHs e estabelece diretrizes e procedimentos complementares para a criação de comitês de bacia hidrográfica”**, que foi realizada no dia 14 de maio.

ANEXO I

LISTA DE PARTICIPANTES DE UMA OU MAIS REUNIÕES DO GT, POR ENTIDADE:

ANA: Mauri César B. Pereira (mauri.pereira@ana.gov.br);
ANA: Nelson Neto de Freitas (nelson.freitas@ana.gov.br);
ANA: Viviani Pineli Alves (viviani.alves@ana.gov.br);
ANA: Wilde Cardoso Gontijo Jr. (wilde@ana.gov.br);
CERH-PR: Martha R. Von Borstel Sugai (martha.sugai@copel.com);
CERH-SP: Rosa Mancini (rmancini@sp.gov.br);
IEMA-ES: Robson Monteiro dos Santos (grh@iema.es.gov.br);
IGAM: Breno Esteves Lasmar (breno.lasmar@meioambiente.mg.gov.br);
IGAM: Marília Carvalho de Melo (marilia.melo@meioambiente.mg.gov.br);
INEA/RJ: Fatima Casarin (fatimacasarim@inea.rj.gov.br);
INEA/RJ: Rosa Maria Formiga Johnsson (formiga.inea@gmail.com);
INGA-BA: José George dos Santos Silva (george.silva@inga.ba.gov.br);
Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas: Maria do Carmo N. dos Santos (carmo_neves@uol.com.br);
Ministério da Integração Nacional: Donivaldo Pedro Martins (donipm@ig.com.br);
Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio (hugo.suarez@mj.gov.br);
Ministério da Pesca – RJ: Neide Cléa de A. Ribeiro (nedecar@seap.gov.br);
Ministério da Pesca: Marcelo Barbosa Sampaio (Marcelo@seap.gov.br);
RQM: Wilson Filho (azefilho@hotmail.com);
SEMA-MT: Leonice de Souza Lotufo (leolotufo@sema.mt.gov.br,
leonicent@yahoo.com.br);
SRH – Pernambuco: Marisa S. L. Figueiroa (marisa.figueiroa@srh.pe.gov.br);
SRH/SEMARH-AL: José Roberto Valois Lobo (srh@semarh.al.gov.br,
loboroberto@ig.com.br);
SRHU/MMA (consultor): Gilberto Valente Canali (gvcanali@uol.com.br);
SRHU/MMA: Marco Neves (marco.neves@mma.gov.br);
SRHU/MMA: Marley Caetano de Mendonça (maley.mendonca@mma.gov.br);
SRHU/MMA: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br).

ANEXO II

MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DO GT “UNIDADES DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DE RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO” DA CTPNRH

CÂMARA TÉCNICA DE PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CTPNRH
GT “Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União” – GT UGRH
MEMÓRIA DA 1ª REUNIÃO

Data: 16 de junho de 2009

Local: Sub-solo do Edifício Marie Prendi Cruz – SEPN 505 (W3- Norte), Lote 2, Brasília – DF.

PARTICIPANTES:

ANA: Mauri César B. Pereira (mauri.pereira@ana.gov.br);
ANA: Nelson Neto de Freitas (nelson.freitas@ana.gov.br);
ANA: Wilde Cardoso Gontijo Jr. (wilde@ana.gov.br);
CERH-PR: Martha R. Von Borstel Sugai (martha.sugai@copel.com);
CERH-SP: Rosa Mancini (rmancini@sp.gov.br);
IGAM: Breno Esteves Lasmar (breno.lasmar@meioambiente.mg.gov.br);
INGA-BA: José George dos Santos Silva (george.silva@inga.ba.gov.br);
Ministério da Integração Nacional: Donivaldo Pedro Martins (donipm@ig.com.br);
Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio (hugo.suarez@mj.gov.br);
RQM: Wilson Filho (azefilho@hotmail.com);
SRH – Pernambuco: Marisa S. L. Figueiroa (marisa.figueiroa@srh.pe.gov.br);
SRHU/MMA: Marco Neves (marco.neves@mma.gov.br);
SRHU/MMA: Marley Caetano de Mendonça (maley.mendonça@mma.gov.br);
SRHU/MMA: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br).

MEMÓRIA:

Às 14h00, do dia 16 de junho de 2009, teve início a 1ª Reunião do GT Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União – GT UGRHs. A reunião foi iniciada com a apresentação dos presentes, na sequência passou-se a discussão da “1ª Minuta do Relatório de apoio para os trabalhos do GT” que havia sido distribuída anteriormente. Nesta minuta de relatório são apresentados os fatos que antecederam a criação do GT, os dispositivos legais do regimento que tratam da criação dos Grupos de Trabalho e as questões que foram identificadas com relação à proposta de resolução a serem analisadas pelo GT. Estas questões foram debatidas, concluindo-se que as mesmas deveriam ser agrupadas em grandes temas. Em função dos pontos levantados ao longo dos debates concluiu-se que havia a necessidade de uma revisão ampla da proposta porque a mesma não atende os objetivos a que se propõe, em particular no que se refere a comitê de bacia e não de rio. Com relação à divisão de Unidades propostas na resolução, o Sr. Wilde (ANA) comentou que ela foi definida com base em estudos desenvolvidos pela ANA que ficaram de ser disponibilizados. Algumas outras questões relevantes levantadas durante as discussões foram: (i) necessidade de definição de critérios (Sra. Rosa, CERH/SP); (ii) divisão ou não da proposta em duas (Sr. Hugo, MJ); (iii) necessidade de se levantar o que está travando a implementação (Sra. Rosa, CERH/SP); (iv) importante se observar a sustentabilidade (Sr. Wilde, ANA); (v) incentivar os Estados que ainda não definiram a sua divisão para fazê-la (Sr. Mauri, ANA e Sra. Rosa, CERH/SP); (vi) a delegação de competência com base em critérios no caso da outorga (Sr. Breno, IGAM). O Sr. Wilde (ANA) comentou que a proposta deveria ter como objetivo: (i) tratar da divisão em Unidades de Gestão; (ii) da descentralização; (iii) do acompanhamento das atividades do Comitê e (iv) tratar dos ajustes na Resolução nº 5, em particular no que se refere ao pacto entre os agentes. Com relação ao pacto, a União e os Estados foram levantados os seguintes pontos a serem discutidos: (i) que tipo de Comitê; (ii) condições de entrega, (iii) prazos e (iv) condições para a implementação. Em função de todas estas questões, foi definido que na próxima reunião do GT, a ser realizada em 04 de agosto de 2009, no Rio de Janeiro, iria se trabalhar com a aplicação de conceitos de uma gestão partilhada, entre União e Estados, analisando as questões de como pactuar, composição e assim por diante. Como estudos de caso foram escolhidas as bacias dos rios Grande, Parnaíba e Mundaú/Parnaíba. Os presentes sugeriram que para esta 2ª Reunião do GT também fossem convidados representantes dos outros Conselhos Estaduais e de Órgãos Gestores.

Martha Sugai
Coordenadora

CÂMARA TÉCNICA DE PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CTPNRH
GT “Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União – GT UGRH”
MEMÓRIA DA 2ª REUNIÃO

Data: 04 de agosto de 2009

Local: Auditório do INEA, 6º andar, rua Venezuela 110, Rio de Janeiro - RJ.

PARTICIPANTES:

ANA: Viviani Pineli Alves (viviani.alves@ana.gov.br);
ANA: Wilde Cardoso Gontijo Jr. (wilde@ana.gov.br);
CERH-PR: Martha R. Von Borstel Sugai (martha.sugai@copel.com);
CERH-SP: Rosa Mancini (rmancini@sp.gov.br);
IEMA-ES: Robson Monteiro dos Santos (grh@iema.es.gov.br);
IGAM: Marília Carvalho de Melo (marilia.melo@meioambiente.mg.gov.br);
INEA/RJ: Fatima Casarin (fatimacasarim@inea.rj.gov.br);
INEA/RJ: Rosa Maria Formiga Johnsson (formiga.inea@gmail.com);
INGA-BA: José George dos Santos Silva (george.silva@inga.ba.gov.br);
Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio (hugo.suarez@mj.gov.br);
Ministério da Pesca: Marcelo Barbosa Sampaio (Marcelo@seap.gov.br);
Ministério da Pesca – RJ: Neide Cléa de A. Ribeiro (nedecar@seap.gov.br);
SEMA-MT: Leonice de Souza Lotufo (leolotufo@sema.mt.gov.br, leonicemt@yahoo.com.br);
SRH/SEMARH-AL: José Roberto Valois Lobo (srh@semarh.al.gov.br, loboroberto@ig.com.br);
SRH – Pernambuco: Marisa S. L. Figueiroa (marisa.figueiroa@srh.pe.gov.br);
SRHU/MMA: Marley Caetano de Mendonça (maleymendonca@mma.gov.br);
SRHU/MMA (consultor): Gilberto Valente Canali (gvcanali@uol.com.br);

MEMÓRIA:

Às 09h45, do dia 04 de agosto de 2009, teve início a 2ª Reunião do **GT Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União – GT UGRHs**. No início da reunião a coordenadora do GT deu informações sobre a pasta criada na FTP da Copel para disponibilização de documentos de interesse do GT tendo em vista as dificuldades de atualização do site do CNRH e comentou que a Sra. Marília (IGAM) passa a exercer a função de relatora do GT uma vez que concordou com a consulta que ficou de ser feita na 1ª reunião. Na sequência, após a apresentação dos presentes, passou-se ao levantamento das sugestões sobre a minuta de Memória da 1ª reunião do GT. Ficou de se confirmar com a Secretaria Executiva o nome do GT que consta na Ata da XXI RO do CNRH onde o GT foi criado. Em seguida foram apresentadas as alterações introduzidas na 2ª minuta do relatório do GT: (i) na citação do sub-programa I.4, destacando os objetivos e ações previstas relacionadas com as atribuições do GT; e (ii) o agrupamento das questões em cinco temas e as respectivas respostas construídas com base nas discussões que ocorreram na 1ª reunião do GT e nas informações prestadas pela ANA. O Sr. Wilde (ANA) apresentou então a aplicação da metodologia proposta aos três exemplos selecionados: Bacia do rio Grande; Paranaíba e Mundaú/Parnaíba. Comentou também a distribuição das vagas dentro do Comitê de Integração do Doce. Na parede foram expostos mapas mostrando a aplicação às demais bacias para que os integrantes pudessem avaliar o resultado para cada um dos casos. Ficou combinado que para que a base territorial constasse da proposta de resolução, a ANA deve elaborar uma nota técnica ou relatório apresentando a aplicação da metodologia e dos critérios utilizados, como também dos resultados. Passou-se então a discussão da proposta de resolução tendo como base a proposta de resolução apresentada no Plenário já com as sugestões da Sras. Rosa e da Neusa (CERH/SP) – versão de 12 de maio de 2009, distribuída anteriormente entre os membros do GT e a proposta trazida pelo Sr. Wilde (ANA) para esta reunião. Ao longo da reunião foram discutidos todos os artigos, ficando de serem feitos alguns ajustes nos textos propostos. Posteriormente esta proposta ficou de ser distribuída entre os membros do GT para análise e sugestões. Cabe destacar alguns pontos levantados ao longo das discussões com relação aos seguintes temas: (i) qual o conteúdo do pacto, se este deveria ou não apresentar a alocação qualitativa dos recursos hídricos, (ii) tipologia de comitê: único ou de integração, (iii) delegação de competências do CNRH para os CERHs. Com relação ao nome “comitê de integração”, o Sr. Canali

alertou sobre a definição da palavra “integração” (reunião das partes sem contudo haver um compromisso entre as partes) e “articulação” (por se de acordo), este foi um dos motivos que se preferiu não citar esta diferenciação, ficando a definição do nome quando da sua implantação. Quanto a delegação de competências do CNRH para os CERHs no que se refere as competências dos comitês concluiu-se que é muito difícil no momento definir uma regra geral pelas particularidades de cada caso, (i) no que se refere ao sistema hídrico (corpo hídrico que passa por um Estado e depois por outro ou corpo hídrico faz fronteira entre os Estados envolvidos); (ii) ao estágio de implementação dos Sistema Estaduais; e (iii) a previsão ou não destas competências nas respectivas legislações estaduais. Ficou de ser feita uma citação geral sobre a delegação do CNRH para os CERHs. Desta forma os objetivos da resolução passam a ser os seguintes: definir uma base territorial com as áreas de atuação de comitês de bacias de rios de domínio da União; estabelecer condições para a criação de comitês de bacia, complementares à Resolução CNRH nº 5; definir processo de acompanhamento do funcionamento dos comitês de bacia cuja criação foi aprovada pelo CNRH. Ficou combinado que uma vez o GT tenha uma proposta consolidada esta seria enviada para uma consulta aos Estados. A próxima reunião ficou agendada para o dia 02 de setembro, em Brasília, das 10 às 17 horas.

Martha Regina Von Borstel Sugai
Coordenadora do GT UGRH

Marília Carvalho de Melo
Relatora do GT UGRH

CÂMARA TÉCNICA DE PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CTPNRH
GT “Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União” – GT UGRH
MEMÓRIA DA 3ª REUNIÃO

Data: 03 de setembro de 2009

Local: Sala T-13 do Térreo do Edifício Marie Prendi Cruz, localizado no SEPN 505, Lote 2 (acesso pela W2), Brasília/DF

PARTICIPANTES:

ANA: Mauri Cesar Pereira (mauri.pereira@ana.gov.br);

ANA: Viviani Pineli Alves (viviani.alves@ana.gov.br);

ANA: Wilde Cardoso Gontijo Jr. (wilde@ana.gov.br);

CERH-PR: Martha R. Von Borstel Sugai (martha.sugai@copel.com);

IGAM: Marília Carvalho de Melo (marilia.melo@meioambiente.mg.gov.br);

INGA-BA: José George dos Santos Silva (george.silva@inga.ba.gov.br);

Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas: Maria do Carmo N. dos Santos
(carmo_neves@uol.com.br);

Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio (hugo.suarez@mj.gov.br);

SEMA-MT: Leonice de Souza Lotufo (leolotufo@sema.mt.gov.br, leonicemt@yahoo.com.br);

SRH – Pernambuco: Marisa S. L. Figueiroa (marisa.figueiroa@srh.pe.gov.br).

MEMÓRIA:

Às 10h00, do dia 03 de setembro de 2009, teve início a 3ª Reunião do GT Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União – GTUGRH. A reunião foi iniciada com a apreciação da memória da 2ª reunião que foi aprovada pelos presentes. Em seguida foi apresentada a parte do relatório com a base legal, na qual consta a fundamentação legal propriamente dita e são destacados pontos relevantes sobre o assunto do Subprograma I.4 Estudos para a Definição de Unidades Territoriais para a Instalação de Modelos Institucionais e Respetivos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos do Detalhamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Em seguida, iniciou-se a apreciação da última minuta da resolução. Na ementa discutiu-se a designação de comitês de rios de domínio da União ou comitê interestadual. Definiu-se por manter a designação prevista em lei, ou seja, comitês de rios de domínio da União. No art. 1º da resolução discutiu-se a importância da UGRH nacionais serem a base para a instituição dos comitês, podendo haver um comitê que englobe uma ou mais UGRH contíguas. Outro ponto abordado refere-se à consideração da divisão hidrográfica nacional na definição das UGRH. Definiu-se que a presente proposta não deveria incluir detalhamentos sobre os instrumentos de gestão e apenas se restringir a definição da base territorial. No disposto no art. 3º decidiu-se por manter o padrão de relatório do comitê a ser encaminhado à Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, como forma de garantir uma uniformidade das informações prestadas. Foi aprovada a retirada do artigo sobre a possibilidade de delegação. No período da tarde discutiu-se o mapa anexo a resolução. O Sr. Wilde, da Agência Nacional de Águas, apresentou a Nota Técnica da SAG que subsidiou a proposta de UGRH apresentada na deliberação. Em seguida definiu-se por tratar cada uma das Unidades Hidrográficas Nacionais e discuti-las. Todas foram consenso com exceção à da Região Amazônica. A criação das UGRH nesta região foi remetida para a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos em 2014. As demais poderão também ser redefinidas a partir de 2014, ouvidos os Conselhos Estaduais. Por fim definiu-se como encaminhamento que os Estados que participam do GT terão até o final de setembro para alinhar internamente com os outros Estados da Região de cada representante presente. As contribuições deverão ser encaminhadas por email para a coordenadora do GT. Em seguida a minuta de resolução deverá ser encaminhada a CTPNRH.

Martha Regina Von Borstel Sugai
Coordenadora do GT UGRH

Marília Carvalho de Melo
Relatora do GT UGRH

ANEXO III

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional de Recursos Hídricos

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO Nº XX, DE XX DE MARÇO DE 2009

Proposta do GT UGRH - 01 de outubro de 2009

Cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União - UGRH e estabelece procedimentos complementares para a criação e acompanhamento dos comitês de bacia

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA nº 377, de 19 de setembro de 2003, e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída por Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água;

Considerando que o artigo 4º da Lei nº 9.433, de 1997, prevê que a União articular-se-á com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum;

Considerando que o inciso VI do art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997, estabelece que compete ao CNRH estabelecer diretrizes complementares para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e a atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos;

Considerando o disposto na Resolução CNRH nº 05, de 10 de abril de 2000, em especial o seu artigo 5º, segundo o qual a área de atuação de comitês de bacia será estabelecida, entre outros requisitos, com base na Divisão Hidrográfica Nacional, incluída no Plano Nacional de Recursos Hídricos; e

Considerando que uma das macrodiretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos é “definir critérios para o traçado de unidades territoriais de planejamento, de gestão e de intervenção em recursos hídricos, bem como de orientação para a instalação de comitês e agências de água, acompanhados dos adequados instrumentos de gestão, tal como previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos”.

Considerando que o Subprograma I.4 do Plano Nacional de Recursos Hídricos, cujo detalhamento foi aprovado pela Resolução CNRH nº 80, de 10 de dezembro de 2007, prevê a elaboração de estudos para a definição de unidades territoriais e para a instalação de modelos institucionais e respectivos instrumentos de gestão; e

Considerando a proposta de unidades territoriais para a gestão constante da NT da Agência Nacional de Águas nº 072/2009/SAG de 27 de agosto de 2009, que utiliza critérios hidroambientais, político-institucionais e socioeconômicos para essa definição;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam definidas as Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União – UGRH, conforme Anexos I e II desta Resolução, visando orientar a implantação dos comitês de bacia e a implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

§ 1º Uma UGRH abrange:

I - a totalidade de uma bacia hidrográfica;

II - sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário; ou

III - grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas.

§ 2º Na definição da sua área serão considerados critérios hidrológicos, ambientais, socioeconômicos, políticos e institucionais.

§ 3º Uma UGRH não poderá exceder a área de uma Região Hidrográfica, conforme estabelecida na Divisão Hidrográfica Nacional instituída pela Resolução nº 32.

§ 4º As UGRH estabelecidas nesta Resolução poderão ser redefinidas nas revisões do Plano Nacional de Recursos Hídricos, a partir de 2014, ouvidos os Comitês de Bacia Hidrográfica e os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados envolvidos e do Distrito Federal quando for o caso.

§ 5º As UGRH da Região Hidrográfica Amazônica serão definidas na revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos em 2014, ouvidos os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados envolvidos.

Art. 2º A proposta de criação de comitê de bacia hidrográfica de rios de domínio da União observará a área de atuação da UGRH, as disposições estabelecidas na Resolução CNRH nº 05, de 2000, e a celebração prévia de acordo entre União, Estados e Comitês de Bacia Hidrográfica existentes na respectiva UGRH quanto aos seguintes aspectos mínimos:

I. definição de atribuições compartilhadas entre os comitês na UGRH;

II. definição do arranjo institucional;

III. garantia do funcionamento do Comitê da UGRH e de sua secretaria-executiva.

Parágrafo Único – Excepcionalmente o comitê de bacia hidrográfica poderá ter área de atuação em grupo de UGRH contíguas, dentro de uma mesma Região Hidrográfica.

Art. 3º Os comitês de bacia hidrográfica deverão encaminhar ao CNRH, até o dia 30 de junho do ano seguinte, relatório de atividades anuais contendo, no mínimo:

I. regimento interno, quando da sua criação, e alterações posteriores;

II. relação atualizada dos membros e dos segmentos que representa;

III. nome, telefone e endereço eletrônico dos membros;

IV. descrição da estrutura organizacional interna e de suas competências;

V. atas das reuniões do comitê e suas listas de presença; e

VI. atos deliberativos aprovados.

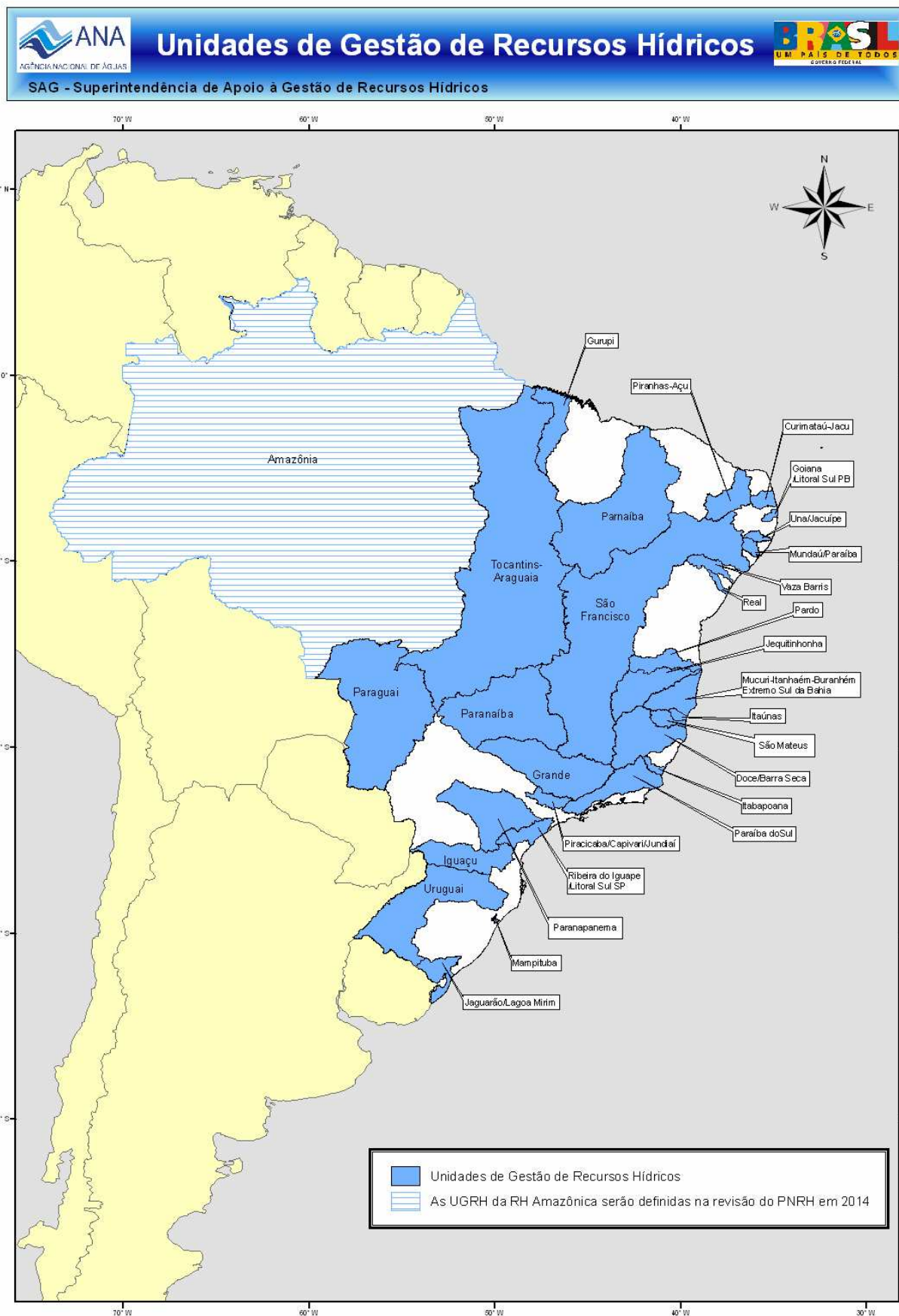
Parágrafo Único. O relatório de atividades deverá ser elaborado conforme modelo e procedimentos definidos pela Secretaria Executiva do CNRH.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MINC BAUMFELD
Presidente

VICENTE ANDREU GUILLO
Secretário Executivo

ANEXO I



ANEXO II - Folha (1/3)

Região Hidrográfica	UGRH	Caracterização
Amazônica	A serem definidas na revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos em 2014	
Tocantins-Araguaia	Tocantins-Araguaia	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Tocantins até a sua foz no Oceano Atlântico, nos Estados do Mato Grosso, Tocantins, Goiás, Pará, Maranhão e no Distrito Federal.
Atlântico Nordeste Ocidental	Gurupi	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Gurupi, nos Estados do Maranhão e Pará.
Parnaíba	Parnaíba	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Parnaíba.
Atlântico Nordeste Oriental	Piranhas-Açu	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Piranhas-Açu, nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte.
	Curimataú-Jacu	É constituída pelas bacias hidrográficas dos rios Curimataú e Jacu, nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte.
	Goiana-Litoral Sul da PB	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Goiana, agregada às bacias hidrográficas do litoral sul da Paraíba, nos Estados de Pernambuco e Paraíba.
	Una-Jacuípe	É constituída pelas bacias hidrográficas dos rios Una e Jacuípe, nos Estados de Pernambuco e Alagoas.
	Mundaú-Paraíba	É constituída pelas bacias hidrográficas dos rios Mundaú e Paraíba, nos Estados de Pernambuco e Alagoas.
São Francisco	São Francisco	É constituída pela bacia hidrográfica do rio São Francisco, nos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe e no Distrito Federal.

ANEXO II - Folha (2/3)

Atlântico Leste	Vaza Barris	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Vaza-Barris, nos Estados da Bahia e Sergipe.
	Real	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Real, nos Estados da Bahia e Sergipe.
	Jequitinhonha	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, nos Estados da Bahia e Minas Gerais.
	Pardo	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Pardo, nos Estados da Bahia e Minas Gerais.
	Mucuri-Itanhaém-Buranhém-Extremo Sul da Bahia	É constituída pelas bacias hidrográficas dos rios Mucuri, Itanhaém, Buranhém, e áreas agregadas das Regiões de Planejamento e Gestão das Águas do Estado da Bahia – RPGA III, dos Rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu e RPGA IV dos Rios dos Frades, Buranhém e Santo Antônio, nos Estados da Bahia e Minas Gerais.
	Itaúnas	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Itaúnas, nos Estados da Bahia e Espírito Santo.
	São Mateus	É constituída pela bacia hidrográfica do rio São Mateus, nos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais.
Atlântico Sudeste	Doce-Barra Seca	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Doce, nos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais e áreas agregadas pertencentes à unidade hidrográfica Barra-Seca no Estado do Espírito Santo.
	Paraíba do Sul	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e área agregada pertencente à unidade hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul no Estado do Rio de Janeiro.
	Itabapoana	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Itabapoana, nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.
	Ribeira do Iguape-Litoral Sul SP	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Ribeira do Iguape, nos estados do Paraná e São Paulo, e áreas agregadas pertencentes à Unidade de Gestão de Recursos Hídricos Ribeira do Iguape-Litoral Sul, no Estado de SP.

ANEXO II - Folha (3/3)

Paraná	Paranaíba	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Paranaíba, nos Estados Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e no Distrito Federal.
	Grande	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Grande, nos Estados de Minas Gerais e São Paulo.
	Iguaçu	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Iguaçu, nos Estados do Paraná e Santa Catarina.
	Piracicaba-Capivari-Jundiá	É constituída pelas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, nos Estados de Minas Gerais e São Paulo.
	Paranapanema	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Paranapanema, nos Estados do Paraná e São Paulo.
Uruguai	Uruguai	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Uruguai situada no território nacional, nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
Atlântico Sul	Mampituba	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Mampituba, nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
	Jaguarão-Lagoa Mirim	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Jaguarão, agregada à porção da bacia hidrográfica da Lagoa-Mirim, situadas no território nacional, no Estado do Rio Grande do Sul.
Paraguai	Paraguai	É constituída pela bacia hidrográfica do rio Paraguai situada no território nacional.

